



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638523 - PA (2021/0001032-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : WERBERTY ARAUJO DE OLIVEIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : LUCIANO RIPARDO DANTAS - PI009221  
WERBERTY ARAUJO DE OLIVEIRA - PI012004  
JULIANE ARAUJO DE OLIVEIRA - PI014160  
EDUARDO SOARES BUTKOWSKY - MA013237  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
**PACIENTE** : FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS JÚNIOR  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS JÚNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (0810420-69.2020.8.14.0000).

O paciente foi condenado à pena de 36 anos e 4 meses de reclusão pelo crime previsto no art. 121, § 2º, do Código Penal (crime hediondo), em regime fechado, com previsão de progressão ao semiaberto em 10/6/2033.

O paciente, por ser portador de doença imunossupressora – HIV, foi agraciado com a prisão domiciliar, por se enquadrar no grupo de risco, ante a pandemia do novo coronavírus.

Segundo argumenta o impetrante, a prisão domiciliar se encerrou no dia 1º/10/2020 e considerou-se que o paciente descumpriu as condições impostas para a continuidade da prisão domiciliar anteriormente deferida pelo Juízo de Macapá, a ser ratificado pelo Juízo da Vara de Execução Penal da RMB, já que não compareceu à SEAP para se submeter à perícia médica oficial, para avaliação do seu atual estado de saúde e da possibilidade de o tratamento médico ser feito no interior de uma das Casas Penais da Região Metropolitana da Capital, não obstante ter sido regularmente intimado.

Sustenta que, no entanto, o paciente se dirigiu à SEAP para a realização do exame, mas, para sua surpresa, a referida secretaria não quis realizar o procedimento sob a justificativa de que ele não é preso da justiça sob sua administração.

Alega que o paciente, por conta própria, realizou um novo exame e encaminhou ao Juízo da Execução, juntamente com o *e-mail* da administração da SEAP.

Aduz que, nesse ínterim, a SEAP ficou-se inerte quanto à informação sobre se haveria condições de fornecer o tratamento adequado e se havia uma ala restrita para os apenados em condições de risco.

Ressalta que não assiste razão ao Juízo da Execução ao determinar o recolhimento do paciente para que regresse ao presídio para cumprimento da sua pena, pois não há nenhuma garantia de que o paciente será amparado pelo Estado, já que a referida instituição se ficou inerte, nem sequer teve o respeito de responder ao Juízo as informações que lhe foram solicitadas.

Requer “liminarmente ratificar a decisão de prisão domiciliar decretada pelo Juízo declinante ou conceda a prisão domiciliar, até o julgamento de mérito do *writ*”. No mérito, seja confirmada a liminar e reconhecida a necessidade do cumprimento da pena em regime domiciliar em razão de o paciente ser portador da doença pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a impossibilidade de o paciente receber tratamento no estabelecimento prisional para cumprimento da pena imposta.

Além disso, o acórdão do TJPA consignou o seguinte:

[...] não vislumbro qualquer ilegalidade por parte do Juízo da Vara de Execuções Penais, já que a referida autoridade vem tomando todas as providências cabíveis a salvaguardar a saúde do paciente e dos demais detentos, tanto que encaminhou Ofício à SEAP, a fim de que medidas preventivas intra cárcere fossem e estão sendo adotadas, conforme determinado nos autos nº 2000020-53.2020.8.14.0401, onde houve a determinação de separação dos grupos de risco do restante da massa carcerária, fornecimento de alimentação, medicamento, atendimento

médico por equipe especializada, etc.; destacando-se, também, ação de desinfecção das casas penais do Complexo de Americano, amplamente divulgada no noticiário local.

*In casu*, não há elementos que autorizem a concessão da liminar pretendida, uma vez que não se verifica, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente